Parte II

9. Drogas e vulnerabilidade às violências

Suely F. Deslandes

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

DESLANDES, S. F. Drogas e vulnerabilidade às violências. In.: MINAYO, M. C. S., and SOUZA, E. R., eds. *Violência sob o olhar da saúde: infrapolítica da contemporaneidade brasileira* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003, pp. 243-268. ISBN: 978-65-5708-115-0. <https://doi.org/10.7476/9786557081150.0011>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

DROGAS E VULNERABILIDADE ÀS VIOLÊNCIAS

Suely F. Deslandes

INTRODUÇÃO

O objetivo deste texto é analisar as principais tendências da produção científica de autores brasileiros da área da saúde sobre uso de drogas. O período de recorte eleito foi o de 1990 a 2000. Toma-se como pressuposto que as complexas relações que envolvem o uso/uso indevido de drogas lícitas e ilícitas constituem um cenário de vulnerabilidade à violência. Diante de tantas opções de análise, dada a heterogeneidade do acervo, optou-se por dois caminhos. Primeiro, buscou-se identificar nessa produção seus interlocutores, os sujeitos a quem são dirigidas as análises, a visibilidade que lhes é conferida e a leitura a eles destinadas. O segundo exercício foi o de tentar mapear, *grosso modo*, o debate de fundo da área da saúde: a discussão sobre prevenção e atenção. Numa análise transversal, buscou-se identificar as correlações feitas pelos autores entre o uso indevido/comércio de drogas e violências.

Feita essa cartografia sintética das intenções deste capítulo, busca-se agora a defesa da hipótese que sustenta o trabalho e justifica sua inclusão neste livro: a correlação sociológica entre uso e comércio de drogas e vulnerabilidade à violência.

O uso de drogas (consideradas todas as que alterem estados de consciência) é uma prática comum à própria história humana (Bucher, 1996) e é capaz de produzir tantos efeitos psíquicos e corporais de extremo prazer como de intenso sofrimento. Como se observa em adolescentes e jovens, o uso de substâncias pode propiciar a inserção em grupos de sociabilidade ou, em contrapartida, pode levar a inacreditáveis níveis de exclusão e segregação social. Complexas e contraditórias, as relações entre consumo e

comércio de drogas têm mobilizado o imaginário social e desafiado intelectuais a desconstruir as associações empiricistas reificadas pelo senso comum. Uma dessas representações, fortalecida por muitos exemplos cotidianos, é a associação linear e (uni) causal entre consumo de drogas e prática de violências, simplificada ao extremo na expressão “drogas geram violência”. Entretanto, em contrapartida, sem necessariamente afirmar nexos diretos de causalidade, o consumo de substâncias psicoativas está, inegavelmente, associado a tentativas de suicídios, prática de maus-tratos contra crianças e adolescentes, violência conjugal, homicídios e, para ser fiel à lógica das “causas externas”, também aos acidentes de trânsito.

Os autores que debatem a temática das drogas têm apontado a necessidade de se considerar primeiramente: (a) a arbitrariedade e os interesses que se ocultam nas classificações das drogas legais e ilegais (McRae, 1994); (b) a diferença entre dependência e uso recreacional e ocasional; (c) o erro de considerar o usuário como um dependente potencial e o dependente como pessoa sem discernimento ou capacidades (Marques e Doneda, 1998); (d) as diferenças entre os vários tipos de drogas e os efeitos que provocam; (e) as conseqüências causadas pela banalização e permissividade que envolvem o consumo e comércio de drogas lícitas e a estigmatização que envolve o consumo das ilícitas (Sá, 1994); (f) as complexas relações de impunidade, corrupção, poder e violência que sustentam o rico comércio das drogas ilegais (Zaluar, 2000).

Assim, como nos alerta Velho (1993), são tantas e tão heterogêneas as relações que se estabelecem nas redes de produção, distribuição e consumo de drogas como o universo simbólico a elas associadas que é impossível tratar todo esse escopo a partir de uma definição uniforme (o tão propagado “mundo das drogas”). É fundamental, portanto, a contextualização, o exame atento das diferentes situações e do papel dos atores.

Em trabalho anterior (Minayo & Deslandes, 1998), apontava-se que há, pelo menos, dois grandes níveis de análise. O primeiro diz respeito ao “consumo”. Trata da relação entre as mudanças biológicas e psicológicas que podem ser ocasionadas pelo uso de determinadas substâncias (lícitas ou ilícitas) e que poderiam afetar condutas individuais e desencadear atos de violência interpessoal. Inclui ainda as relações construídas no âmbito macro das estruturas sociais, definidas no campo da política e da economia que levam à estigmatização da condição de usuário das drogas ilícitas, tornando-o mais suscetível à repressão policial e social. O segundo nível se relaciona às complexas ações que movimentam o ‘narcocomércio’. Ainda que se manifeste sob a forma interpessoal, nesse cenário, a violência ganha a face de um processo social ampliado e massificado.

Em relação ao primeiro nível de abordagem, ao contrário do que imagina o senso comum, o álcool é a substância mais ligada às mudanças de comportamento provocadas por efeitos psicofarmacológicos que desencadeiam a violência. Pesquisas experimentais demonstram que o abuso de álcool pode ser responsável pelo aumento da agressividade entre os usuários (Fagan, 1990; 1993). Todavia, é preciso se levar em conta que fatores como peso corporal, tipo de metabolismo, processos neuroendócrinos e neuroanômicos, características de personalidade, produzem diferenças individuais no uso de drogas e mudança de comportamento.

Permanecem muitas dúvidas quanto às relações causais entre o uso de álcool e outras substâncias e a prática de violências. Ainda não foi possível determinar que tal uso afete o comportamento das pessoas envolvidas, como não é possível saber se essas pessoas em estado de abstinência teriam cometido as mesmas violências.

Por outro lado, os usuários dependentes de substâncias lícitas ou ilícitas, uma vez sob condições de estigmatização, podem desenvolver comportamentos mais agressivos como resposta às pressões que sofrem (Boyum & Kleiman, 1995). Aqueles em situação de toxicomania de substâncias ilícitas sofrem de forma mais severa tais conseqüências, agravadas pela violência policial, como revelam estudos com usuários de drogas injetáveis (Deslandes et al., 2002).

Num contexto de dependência, a chamada “motivação econômica” (a prática de crime para conseguir comprar drogas) é uma explicação apenas superficial do complexo universo que constitui o mercado de drogas. O mais sólido e predizível vínculo entre violência e drogas se encontra nas relações do tráfico de drogas ilegais. Vendedores e compradores praticam a violência sob uma quantidade enorme de circunstâncias: roubo do dinheiro ou da própria droga, disputas em relação a sua qualidade ou quantidade, desacordo de preço, disputa de territórios. A violência constitui, sobretudo, uma estratégia para disciplinar o mercado, seus agentes e subordinados. O narcotráfico amplia o repertório das violências mas também representa oportunidades que a economia formal deixa de oferecer, circunstância sob a qual o mercado das drogas se expande (Minayo & Deslandes, 1998).

Como se vê, o nó que se impõe desatar não é aferir qual papel que a substância, *de per si*, desempenha nas personalidades individuais para cometerem as variadas formas de violências. O desafio é analisar como atuam sinergicamente o ‘tipo de substância e suas propriedades farmacológicas, as reações individuais e o contexto (o campo das relações que constituem e regulam as redes de uso e de comércio das drogas)’.

METODOLOGIA

O acervo aqui analisado foi obtido a partir de pesquisa bibliográfica realizada pelo Centro Latino-Americano de Estudos sobre Violência e Saúde (Claves) em parceria com o CNPq. Os critérios de seleção da bibliografia e das bases de consulta encontram-se, portanto, descritos na Introdução deste livro.

Alguns esclarecimentos, contudo, precisam ser feitos. O acervo pertinente à questão das drogas possui lacunas e certamente deixou de incluir vários textos. Argumenta-se, contudo, que os principais autores e obras estão, em boa parte, contemplados, permitindo um mapeamento inicial do estado de arte desse campo de conhecimento na década de 90. Optou-se por privilegiar textos de pesquisadores, ainda que observando as influências da produção institucional (do Ministério da Saúde e Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (Cebid, por exemplo). Trabalha-se com a bibliografia específica da saúde, ainda que outras áreas contextualizem o debate, tais como as leituras oriundas do direito, da sociologia e da antropologia social. Delimitou-se o acervo apenas aos trabalhos publicados ou equivalentes (dissertações de mestrado e teses de doutorado), ficando excluídos os relatórios de pesquisa e as produções mimeografadas.

Pode-se notar a ausência de textos sobre o consumo de tabaco, que, por gozar da qualificação de “droga lícita”, configura-se como uma das mais consumidas, mesmo sendo comprovadamente potente fator associado ao desenvolvimento de inúmeros agravos à saúde. Contudo, sua participação como elemento de vulnerabilidade à violência não é da mesma relevância que a das bebidas alcóolicas e drogas ilícitas, cujas presenças se notam de forma evidente no acervo analisado. Textos sobre intoxicações e uso involuntário de substâncias ocupacionais também não foram incluídos.

O primeiro tratamento dado ao acervo foi o de classificação. Foram analisados 145 textos, sendo 68 capítulos de livros, 52 artigos, 16 dissertações, seis teses e três livros (obras de um único autor). Por limitações de espaço editorial não serão citados todos os textos analisados.

As áreas de conhecimento foram aferidas considerando-se, prioritariamente, a origem da publicação e a formação dos autores. Nota-se, como pode ser verificado na tabela 1, que o acervo selecionado é maior no segundo período da década. Há predominância do campo da Saúde Mental (psicologia, psicanálise e psiquiatria), seguida pela produção da Saúde Pública. A Medicina está especialmente representada por publicações e autores da pediatria.

Tabela 1 - Distribuição da bibliografia segundo a área de conhecimento e período de publicação.

Área de conhecimento	1990-1994	1995-2000	Total
Saúde Mental	38	24	62
Saúde Pública	5	49	54
Medicina	3	16	19
Enfermagem	2	6	8
Farmácia	-	2	2
Total	48	97	145

Dos textos analisados, 33 fazem menção explícita à associação entre uso e/ou comércio de drogas e violências. Analisando-se a metodologia empregada nos trabalhos têm-se: ensaios (50), estudos epidemiológicos (34), estudos qualitativos (19), revisão bibliográfica (16), relatos de experiências (7), estudos clínicos (6), abordagens conjugando os métodos quantitativos e qualitativos (6), descrição quantitativa sem referencial específico de método (3) e, finalmente, há 4 trabalhos em que não foi possível qualificar o método usado.

Entende-se que a análise de textos é um exercício hermenêutico por excelência. Nesse caminho metodológico, assume-se o papel interpretativo ao se buscarem os eixos da racionalidade expostos ou velados no acervo bem como as ideologias diluídas em sua tessitura. As tecnologias de análise foram mescladas, tomando de empréstimo algumas orientações da análise de conteúdo e outras da análise de discurso. Da análise de conteúdo, a partir da identificação de núcleos de sentidos, foi agregada a análise crítica das “mensagens” contidas nos textos, buscando-se a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção dessas mensagens (Bardin, 1979). A mesma orientação é qualificada pela análise de discurso (Fairclough, 2001). Essas condições de produção são o conjunto das relações sociais, culturais e político-econômicas, ou seja, o nível estrutural e, por outro lado, o conjunto de valores culturais, práticas institucionais e grupais, isto é, o nível da ação dos sujeitos. Buscou-se, ainda que brevemente, a análise das vertentes ideológicas que se conformam ‘no’ e ‘pelo’ discurso dos textos analisados.

A VISIBILIDADE DOS SUJEITOS

Certamente pelos desafios que a adolescência inaugura, pelas angústias que são intensificadas nesse período da vida, pelas pressões dos pares e mesmo pelo desejo de conhecer o novo e de testar o controle sobre sua própria vida, os adolescentes constituem um grupo bastante vulnerável ao uso de drogas, sendo um público-alvo desse mercado e de seus agentes. Não é de se estranhar, portanto, que figurem como o sujeito mais constantemente evocado na produção da década de 90 sobre o uso de drogas. Contudo, concordando com Coelho Jr. e Gonttiès (2000), é preciso evitar a armadilha de estereotipar o adolescente, seja atribuindo-lhe toda a responsabilidade pelo consumo desregrado, dado que há uma rede de atrativos de *marketing* produzidos por um mercado profissional de venda de drogas lícitas e mesmo de ilícitas, seja indicando-o erroneamente como o grupo etário que mais consome drogas.

Nesse acervo focando a adolescência, nota-se uma forte influência do modelo de pesquisa consolidado pelo Cebrid, que há anos realiza inquéritos nacionais e regionais sobre prevalência de consumo de variadas substâncias com populações de escolares inquirindo-lhes sobre “o uso na vida, uso no último ano e no último mês”. Trata-se de uma das experiências mais amplas e sistematicamente repetidas de que se dispõe em termos de inquéritos nacionais sobre consumo de psicotrópicos. Assim, vários artigos e mesmo dissertações de mestrado inspiram-se nesse desenho, procedendo à análise da situação de prevalência em certos municípios (Muza, 1991; Souza, 1995; Lima, 2000). Tais pesquisas trazem a vantagem de poder incluir grandes amostras populacionais (geralmente envolvendo cerca de mil alunos ou mais) e procedem a comparações entre o padrão de uso local e o da região e mesmo com o perfil nacional, oferecendo subsídios para diagnósticos estratégicos à prevenção. Conjugam-se a esse desenho outras possibilidades, tais como a comparação dos padrões de consumo entre alunos da rede pública e privada (Godoi et al., 1991; Trois et al., 1994) ou mesmo buscando associação a questões qualitativas como as características de personalidade, relações interpessoais e familiares, motivações de uso e representações sobre drogas (Muza, 1991, 1996; Araújo & Gomes, 1998).

Tais estudos vêm preencher uma lacuna considerável no país – a de conhecer em nível populacional mais ampliado, pelo menos de uma faixa reconhecidamente vulnerável, os padrões de uso de drogas. Contudo, conforme alerta Cotrim (1991), os inquéritos conduzidos com escolares, mesmo os realizados pelo Cebrid, não possuem o estatuto de “indicador de

situação nacional”, sendo possível compará-los apenas com outras estatísticas internacionais relativas ao padrão de consumo entre estudantes. Em outros termos, os inquéritos de prevalência de uso entre alunos não substituí o necessário conhecimento sobre o comportamento de uso na população geral, nas populações internadas e nas encarceradas, sobre os óbitos, internações e atendimentos hospitalares causados ou associados ao uso de drogas, seja entre crianças e adolescentes, seja na população adulta. Corroborando tais deficiências da produção nacional, pode-se citar, no acervo analisado, apenas um trabalho (Souza, 1995) que realiza um estudo de prevalência em população mais geral (moradores de um bairro universitário), outro que trata a associação entre uso de álcool, outras drogas e acidentes traumáticos (Chaves et al., 1997) e um terceiro que analisa a presença de substâncias psicotrópicas em cadáveres de suicidas (Carlini-Cotrim, Gallina & Chasain, 1998).

A literatura analisada ainda confere especial atenção a um grupo dentre os adolescentes e crianças que é reconhecido como extremamente vulnerável ao consumo e dependência de drogas – ‘os meninos(as) em situação de rua’. A produção do período destaca claramente dois aspectos. O primeiro é a constatação de que a prevalência de uso de drogas entre essas crianças e adolescentes é altíssima, especialmente de inalantes (Bucher, Costa & Oliveira, 1991; Rodrigues et al., 1999). O segundo ponto é o reconhecimento de que, em um cenário de exclusão e violência, o uso de drogas desempenha muitos papéis: o de afirmação de uma identidade de grupo, de recreação, para amenizar a fome e o medo, visto enfim como um sedativo para o sofrimento (Brito, 1999; Kuchenbecker, 2000). Estabelece-se um ciclo em que a exclusão leva à dependência e seus efeitos, tornando-os mais vulneráveis à violência e mais socialmente discriminados. Tais ênfases não são novidade, pois a literatura da década de 80 já levantava tais problemas. O que parece constituir um novo parâmetro é o encaminhamento sugerido para as intervenções / ações junto a esse grupo.

Embora se afirme a importância do trabalho com a criança ‘na’ situação de rua (Bucher, 1996; Brito, 1999), o fortalecimento dos vínculos familiares, escolares e comunitários são vistos como centrais para qualquer ação, seja de prevenção, seja de assistência (Foster et al., 1992), dando outra tônica em relação à linha adotada na década de 80, que enfatizava mais as tentativas de minimizar os efeitos deletérios da situação de rua para seu crescimento e desenvolvimento. No que se refere ao consumo de inalantes, há um alerta para a inoperância dos mecanismos de proibição, pois, uma vez interdita a venda da cola de sapateiro, outra substância será escolhida para ocupar seu lugar. Percebe-se o esforço da literatura

em desmistificar a associação causal, traçada pelo senso comum, de que o consumo de drogas levaria meninos(as) a cometerem delitos e violências. O que se aponta é que as próprias condições violentas, relações e demandas da vida da rua favorecem o uso indevido (Foster et al., 1992; Bucher, Doneda & Carmo, 1994; Bucher, 1996).

Os autores chamam a atenção para a importância de se constituir uma rede de tratamento à dependência que inclua o suporte material às necessidades diárias da criança e do adolescente e à melhoria de sua qualidade de vida.

Exceto os textos que trabalham com meninos(as) em situação de rua, apenas um trabalho aborda o problema da dependência tratando-se de 'crianças' (Davoli & Mariano, 1994). Nesse artigo, divulga-se o problema da administração de bebidas alcóolicas a crianças pelos seus pais, configurando uma forma significativa de maus-tratos. Tema pouco debatido pela literatura pediátrica porém bastante comum no dia-a-dia da assistência.

Os 'adolescentes usuários/dependentes de drogas e aqueles em tratamento' também constituíram o foco de interesse de pequena parcela da literatura analisada, o que pode sugerir uma lacuna nesse campo de estudos. Num dos textos (Scivoletto, Henriques Jr. & Andrade, 1997), descreve-se o perfil de um conjunto de adolescentes sob tratamento e comparam-se características entre os usuários de *crack* e de outras substâncias. Muza (1996) analisa a ótica de adolescentes consumidores pertencentes às classes médias e populares, discutindo suas relações familiares, interpessoais e motivações para o uso.

Outro filão pouco representado no acervo pesquisado foi a questão do envolvimento de 'adolescentes e jovens no mercado ilegal de drogas'. A presença de meninos e também de meninas tem constituído fonte barata e descartável de mão-de-obra para a rede de vendas de drogas no varejo e tem sido responsável por uma cifra exorbitante de mortes violentas entre esses jovens (Zaluar, 2000). Tratando-se da relação drogas & vulnerabilidade para a violência, a participação na compra, venda e distribuição de drogas constitui, sem dúvida, uma das condições de maior vulnerabilidade seja para crianças, adolescentes ou adultos. Entretanto, é especialmente ameaçador para as primeiras, dadas suas condições e estratégias mais frágeis de sobrevivência. Esse mercado tem representado um amplo espaço de trabalho para jovens pobres e excluídos dos bens simbólicos e materiais que são demandados pelo mercado formal. Operando nas malhas da impunidade e corrupção, emprega milhares de crianças e adolescentes sem exigir qualificações acadêmicas, oferecendo-lhes

remuneração mais alta que um adulto de sua família receberia num emprego, dando-lhes subitamente afirmação identitária e *status* perante seus pares, comunidade, além de uma capacidade de consumo jamais tida (Zaluar, 1993; 2000).

A complexidade dessas relações ainda tem sido pouco analisada pelo campo da saúde. Nesse sentido, a dissertação de Moreira (2000) traz uma interessante contribuição ao analisar a ótica e as vivências de jovens envolvidos com o tráfico de drogas, estigmatizados pela mídia e pela sociedade por meio da alcunha de “soldados do tráfico”. Kodato e Silva (2000) investigam os fatores associados aos homicídios cometidos por adolescentes e destacam o envolvimento com tráfico de drogas como uma importante variável.

Considerando-se os ‘jovens’, destaca-se um texto que analisa seu envolvimento em acidentes de trânsito por dirigirem alcoolizados (Pinsky, 1999). Contudo, os jovens universitários são os mais abordados por esse segmento da literatura, repetindo-se, em maioria, os modelos de estudos de prevalência (Saldanha et al., 1994; Queiroz, 2000).

O segundo grande destaque na produção da década de 90 é aferido ao ‘usuário de drogas injetáveis’ (UDI). Não é exagero afirmar que o UDI emerge como importante protagonista no cenário da reflexão nacional sobre drogas apenas na década de 90, alçado a essa condição de destaque pelo problema da disseminação do HIV/Aids e por sua potencial participação nesse processo (Andrade, 1995; Bastos, 1996). Até então, o enfoque dado ao problema da drogadição injetável e seus usuários era restrito essencialmente ao problema da dependência química, seja nas abordagens voltadas para a prevenção ou tratamento. Para se ter uma noção da ‘invisibilidade’ desses sujeitos no debate nacional da década anterior, em revisão realizada pelo Cebrid com trabalhos publicados até 1990, reunindo 1.251 textos sobre consumo de substâncias psicoativas, apenas seis focavam os UDI (Bastos, 1996).

Assim, uma das fortes tendências nesse campo de publicações é o investimento no conhecimento epidemiológico-descritivo-diagnóstico visando a dar subsídios para a implementação de medidas e políticas de prevenção e assistência. Há, assim, um destaque para os estudos que tratam da participação dos usuários de injetáveis no quadro de morbimortalidade por Aids, analisando-se a participação masculina, feminina, das diferentes faixas etárias e regiões (Lima & Simões, 1995; Bastos, 1996). Num segundo momento, as pesquisas recorrem aos centros de atendimento existentes para UDI e vários outros serviços então criados ou apoiados pela Coordenação Nacional de DST/Aids, obtendo um contato direto com essa população. Assim, os estudos passam a enfocar a prevalência da Aids

e de outras doenças (especialmente as hepatites virais), os comportamentos de risco e condições de vida dessa população (Carvalho, Bueno & Brasil, 2000; Seibel & Carvalho, 2000).

Observa-se uma lacuna considerável de trabalhos que investiguem, do ponto de vista qualitativo, as práticas de uso, regras de sociabilidade, concepções de risco e de prevenção. Fernandez (1994) produz um dos poucos textos que adotam tal linha nesse período, e Mesquita et al. (2000) discutem as potencialidades das metodologias qualitativas para diagnósticos rápidos de necessidades e de recursos sociais de grupos e comunidades.

Quanto à conexão com a violência, a literatura é unânime em afirmar que a condição de usuário de injetáveis expõe os indivíduos a uma estigmatização ainda mais intensa que a sofrida pelos usuários de outras drogas. Não raro sofrem a violência policial, dos traficantes e mesmo de seus pares. Além da possibilidade concreta de agressões, podem ser vítimas letais de *overdose*, dado que são precários os mecanismos de controle da pureza da cocaína injetada.

O 'usuário em tratamento' também foi alvo de parcela da bibliografia analisada. As variáveis relacionadas ao abandono de tratamento (Passos, 1996) bem como a busca de conhecer melhor essa população e sua situação de saúde expressam-se nos estudos que analisam a morbidade psiquiátrica e as tentativas de suicídios observadas nesse grupo (Lopes, Mari & Szwarcwald, 1991; Zago, 1994). Com o mesmo intuito de melhor conhecer o usuário, Diniz (1992), utilizando a linha compreensiva, busca discutir o projeto existencial de alcoolistas na perspectiva de fornecer maiores subsídios à assistência.

Os 'profissionais da saúde' também constituíram um interlocutor para os trabalhos desse acervo. Em linhas gerais, contudo, a maioria aborda especificamente a questão do alcoolismo, pouco incluindo as outras formas de drogadição. Os textos voltados para o profissional de enfermagem, visam à sensibilização básica dos profissionais (afirmando-se a necessidade de ele próprio reconhecer que o alcoolismo é uma 'doença!'), a qualificação e a socialização de experiências de tratamento de alcoolistas (Rosa 1991; Donato, 2000). Há textos ainda que cumpram o mesmo papel, só que destinados aos pediatras. Vários autores (Gorgulho, 1995; Denadai, Fisberg & Medeiro, 2000) alertam para os riscos do uso de drogas na adolescência e descrevem as propriedades das substâncias, chamando atenção para seus efeitos clínicos. Tais trabalhos parecem constituir mais um apelo à sensibilização e informação da própria classe de pediatras, conclamando a um olhar mais atento e quiçá um comprometimento com a prevenção.

Os 'trabalhadores' e as situações de uso/abuso de drogas e suas implicações são o foco de pequena parcela da produção aqui analisada. A incidência e seriedade de acidentes de trabalho quando associadas ao uso de álcool são estudadas (Caracciolo Jr., 1991), como o tipo de substância mais consumida por determinada categoria ocupacional (Hoirish, 1996). Numa linha mais qualitativa, busca-se entender as motivações para o uso, o papel fundamental de suporte e apoio que a empresa pode desempenhar para o tratamento desses funcionários, e o risco de se estabelecer um círculo vicioso em que a baixa de produtividade seja seguida de críticas e ameaças, aumentando mais ainda a frequência de uso (Bento, 1998; Haviaras, 1999).

A abordagem da 'mulher' que consome drogas constitui pequena parcela do acervo analisado, sugerindo que a leitura de gênero nessa temática é um campo pouco explorado. Giordani (2000) trabalha com representações de uso entre mulheres presidiárias, a maioria delas presa por uso e tráfico de entorpecentes. As características de mulheres alcoolistas são analisadas, seja das internadas em hospital psiquiátrico (Borini et al., 2000), seja em comparação com o perfil de homens alcoolistas (Hochgraf, 1995; Simão, 1999).

O trabalho de Simão et al. (1997) apresenta uma revisão bibliográfica sobre a correlação entre alcoolismo feminino e violência para o período de 1990-1995, e mesmo consultando bases internacionais como Medline, Psyclit e Lilacs, diagnostica que o tema foi tratado majoritariamente dentro de situações de violência doméstica e apenas em seus aspectos genéricos.

O GRANDE DEBATE : PREVENÇÃO, ASSISTÊNCIA E REDUÇÃO DE DANOS AO USO INDEVIDO DE DROGAS

Direta ou indiretamente, quase todos os autores da área mencionam as diretrizes vigentes ou encaminham proposições de prevenção, assistência e perspectivas de abordagem ao uso indevido de drogas. Busca-se, a seguir, apresentar sinteticamente esse debate.

Quanto à 'prevenção', a literatura da década de 90 é veemente na crítica aos modelos centrados na vertente da 'guerra às drogas', no paradigma de 'redução da oferta', cujos mecanismos repressivos, estigmatizadores, criminalizadores e calcados na lógica policial têm se revelado amplamente ineficazes e responsáveis por incrementar mais ainda as situações de violência, especialmente contra os usuários. Nesse sentido, os autores apontam vários reducionismos que tais orientações fazem no debate sobre o

consumo de drogas. Seja ‘demonizando’ as drogas ilícitas e seus usuários, seja omitindo os muitos efeitos deletérios à saúde que as drogas lícitas causam, especialmente as bebidas alcóolicas, o tabaco e vários medicamentos vendidos sem controle médico (Bucher, 1993,1996; Zaluar, 1993a, Vargas, 1998). A ideologia e as contradições que revestem a política internacional e nacional sobre drogas também foram foco de análise da literatura, apontando, sobretudo, a ineficácia dos modelos repressivos, a desigualdade entre os grandes investimentos feitos na repressão e os poucos financiamentos para a prevenção ao uso indevido e tratamento das dependências e as diversas conseqüências da criminalização do usuário (Acselrad, 1993; Bucher, 1996; Noto & Galduróz, 1999; Karan, 2000).

Uma das construções ideológicas mais criticadas pela literatura é a idéia de uma “sociedade sem drogas”, vendida pelos que advogam a vertente “antidrogas”. Contra tal vendeta conservadora, pode-se observar um conjunto de estudos histórico-antropológicos que demonstra quão ancestral é o uso de substâncias que alteram os estados de consciência humana (Bucher,1996; Espinheira, 1995).

Assim, se por um lado as comunidades humanas têm consumido drogas e administrado os limites desse consumo ao longo de milhares de anos, sem prejuízo da ordem social nem incremento da violência, por outro lado é inegável que hoje existem regras inteiramente novas de produção, circulação e consumo, ditadas pelo narcomercado globalizado – um dos setores econômicos mais poderosos da produção planetária. Os padrões do consumo atual de drogas revelam ainda as características da sociedade onde se expressam. Não é novidade reconhecer que as formações contemporâneas ocidentais são marcadas por uma cultura de competitividade, pressões por consumo compulsivo, por espaços mais escassos de realização afetiva, situações estruturais de iniquidade e exclusão social, que comprometem globalmente a qualidade de vida da população. Assim, é na tessitura das relações de poder, produção e distribuição de riquezas, atualizadas pela própria sociedade que se criam as condições de dependência/toxicomanias e não por elementos ou personagens ‘externos’ (Acselrad, 1993, Vargas, 1998).

Nesse contexto, o debate se desdobra para delicadas fronteiras, buscando criar marcos diferenciais entre a necessidade de repressão às organizações criminosas ligadas ao tráfico e, em contrapartida, a urgência de descriminalização do usuário e do reconhecimento desse indivíduo como ser humano, sujeito de direitos e desejos (Acselrad, 2000). Compreender o contexto sócio-histórico que estimula o consumo de drogas lícitas e ilícitas bem como as motivações pessoais são objetivos postos ao campo.

Por outro lado, a literatura alerta que não podem ser minimizados os muitos agravos à saúde e o sofrimento que o uso indevido e a dependência ocasionam ao próprio usuário e seus familiares. Busca-se então delinear as diferenças entre uso recreacional ou ocasional, uso abusivo ou uso indevido, e dependência ou toxicomania, na perspectiva de demarcar conceitos operadores ao campo e evitar equívocos usuais no debate de senso comum.

Os autores que debatem a questão da prevenção ao uso indevido de drogas apontam para a consolidação e execução de um novo paradigma, embasado pelas orientações da Organização Mundial de Saúde (OMS), Organismo das Nações Unidas para o Controle Internacional das Drogas (UNDCP), Unesco, ONU e Unicef.

A nova matriz de prevenção prevê mudanças radicais de orientação, rompendo com o modelo repressivo para adotar outro, calcado na elevação dos padrões de qualidade de vida. O novo paradigma é baseado numa lógica holista, que se afirma numa orientação educacional baseada na promoção da paz e da autonomia, em uma cultura de valorização da vida, de responsabilidade consigo e com o outro e na promoção da cidadania plena. Além da família, outras organizações sociais e sujeitos são elencados como centrais para a realização dessas orientações, sendo a escola e a comunidade seus principais elos (Acselrad, 1993, 2000; Siqueira, 1993). Obviamente, tais orientações exigem mudanças estruturais, não oferecendo respostas imediatas (Bucher, 1996). Parece consensual à literatura que a prevenção ao uso indevido de drogas demanda ações que ultrapassem o imediatismo das respostas rápidas, quantificáveis (mas ineficazes para as próximas gerações) e sejam coerentes com a idéia de que sempre haverá consumo de drogas, mas que tais opções podem ser orientadas pelo uso responsável, num contexto de respeito às diferenças e ao usuário.

Contudo, na literatura analisada há poucos trabalhos que busquem sugerir ou encaminhar propostas de prevenção já orientadas por tal paradigma ou textos que debatam as condições necessárias para sua execução. Monteiro & Rebello (2000) e Schall (2000) discutem as possibilidades de prevenção ao uso indevido de drogas pelo viés educativo e lúdico. Destaca-se a publicação do Cebrid (1999) com relatos de experiências de dezenas de escolas vinculadas ao “Projeto Prevenção também se Ensina”, implantado desde 1996 na rede estadual de ensino de São Paulo.

“As terapêuticas e experiências de atendimento” constituem outra vertente do acervo analisado. A primeira constatação feita pela área é que, em termos de Brasil, são escassas as ofertas de atendimento terapêutico, e o financiamento destinado a essa área é infinitamente menor que aquele dirigido à repressão (Bucher, 1996). O atendimento muitas vezes é feito por

instituições leigas ou religiosas com pouco ou nenhum embasamento profissional da saúde, sem critérios de avaliação, acompanhamento ou alta. Contudo, pouco se verifica nesse debate a presença de pesquisas avaliativas ou diagnósticas sobre a real situação da qualidade e do quantitativo da oferta terapêutica às toxicomanias nas distintas regiões do país, impossibilitando o mapeamento do que se tem e as demandas existentes. No final da década, o Ministério da Saúde, através da Coordenação de Saúde Mental, publica uma proposta de normalização dos serviços oferecidos pelo SUS (Ministério da Saúde, 1998-1999). A lacuna é de tal ordem que a Secretaria Nacional Antidrogas (Senad), substituta do Conselho Federal de Entorpecentes, passa a debater o problema no I Fórum Nacional Antidrogas, em 1998.

Na literatura estudada, observa-se que as terapêuticas das toxicomanias constituem um variado leque de iniciativas. Há propostas de desintoxicação, tratamento medicamentoso (farmacoterapia), psicoterapia individual ou em grupo, terapia de co-dependente, terapia ocupacional, terapias comportamentais, sistêmicas, existencialistas, entre outras. Há desde a atuação estritamente biomédica, psicológica ou psicanalítica, até as que conjugam variados escopos. Distintas abordagens são identificadas: a proposição de abstinência; a substituição de uma substância ilícita por outra lícita sob controle médico; o controle medicamentoso da sintomatologia associada; a adequação a comportamentos socialmente aceitos; a busca de reestruturação da personalidade (Silveira, 1995). Outras experiências conjugadas são relatadas, como a da terapia individual do co-dependente associada ao apoio de psicofármacos. Os critérios de uso de psicofármacos no apoio das terapias também são discutidos (Cruz, 1993; Simões, 1993).

No campo 'psi', a abordagem psicanalítica demarca seu espaço no debate. As leituras freudianas e lacanianas predominam e, por vezes, são contextualizadas com textos de Hugo Freda. Os temas mais recorrentes foram a estruturação psíquica da perversão e sua imbricação com a sexualidade (Birman, 1993; Becker e Vidal, 1993), a questão do vínculo terapêutico (Garcia, 1993) e a função paterna e materna na produção de dependências (Schenker, 1993; Palatnik, 1993). Discute-se ainda a relação entre estruturas clínicas da neurose, psicose, perversão e toxicomania, indicando-se a importância de se trabalharem as particularidades de cada biografia e sujeito (Inem, 1993).

Um outro campo de reflexões, a 'redução de danos' (*harm reduction*), agrega vários textos e autores, ganhando destaque na produção brasileira da década de 90. Trata-se de uma abordagem que, apesar de não ter sido

criada recentemente, ganha um grande relevo a partir da necessidade de atuação junto ao problema da disseminação da Aids entre usuários de drogas injetáveis. Diante da significativa participação dos UDI nesse quadro epidêmico, empreende-se a busca por novas metodologias de prevenção que dêem conta, de forma pragmática, do desafio de promover comportamentos protetivos, mesmo na situação de dependência.

A redução de danos ganha o estatuto de um paradigma que irá direcionar todo o campo de prevenção às DST/Aids e de outras doenças transmitidas pelo sangue e influenciará ainda as abordagens terapêuticas de toxicomanias. Constitui, na realidade, uma abordagem inteiramente inovadora que, em oposição às estratégias de redução da oferta, trabalha com a premissa de que o indivíduo, mesmo fazendo uso de drogas, é capaz de empreender ações de autocuidado e de prevenção. Tem como meta a redução das consequências adversas do uso, sem exigir a abstinência. Defende que, se não é possível interromper o uso, então que se procurem formas mais seguras de consumo, evitando-se o compartilhamento de seringas e materiais. Longe de constituir qualquer apologia ao uso, tal abordagem parte de avaliações realistas da ineficácia das abordagens repressivas tanto para a prevenção quanto para tratamento (Marques e Doneda, 1998) e busca uma saída ancorada na flexibilidade e negociação de pautas possíveis de prevenção junto aos usuários. Como sintetiza Lago (1999), a proposta de redução de danos baseia-se nos princípios de tolerância (aceita a escolha do outro em continuar usando drogas), solidariedade (estabelece uma relação de ajuda entre iguais morais) e confiança (acredita que o UDI seja capaz de cuidar de si). O objetivo principal da referida abordagem é evitar o uso de injetáveis, substituí-lo por drogas de uso não parenteral, ou, em último caso, o compartilhamento de seringas (Bucher, 1996; Bastos, 1996). Em síntese, há uma ordem hierárquica de negociação com o indivíduo: o melhor é não fazer uso de drogas, caso haja uso, que se evitem práticas injetáveis, caso não seja possível, que se faça um 'uso limpo'.

Percebe-se, portanto, um grande esforço da literatura analisada em tornar conhecido o histórico dessa linha de atuação e do conceito de redução de danos (Bastos, 1996; Bucher, 1996; Lago, 1999).

A segunda vertente, marcante nessa produção, trata (a) da descrição das estratégias empregadas pelos projetos brasileiros de redução de danos, comparando-as com as experiências internacionais, e (b) da defesa de sua eficácia. São debatidas as estratégias mais usuais, discutem-se as características e ações dos programas de troca de seringas (PTS) espalhados pelo país, a abordagem educacional entre pares realizada pelos agentes comunitários/redutores, a disponibilização de materiais para a prática de

sexo seguro e 'uso limpo' de drogas e as ações de promoção de cidadania entre UDI. Percebe-se uma significativa preocupação em demonstrar que a experiência de troca de seringas e de distribuição de materiais para desinfecção de equipamentos não causou aumento de usuários nem de consumo de drogas (Bastos, 1996, Bucher, 1996; Marques e Doneda, 1998; Erwig & Bastos, 2000). Há, contudo, o reconhecimento de que ainda se tornam necessárias pesquisas que avaliem mais sistematicamente a eficácia de tais estratégias para a mudança de comportamentos de risco e para a redução da prevalência da Aids e de outras doenças. Nesse sentido, destacam-se as iniciativas de Chiaravalloti Neto et al. (2000) e Caiaffa et al. (2000).

É constante ainda o debate sobre as muitas resistências, obstáculos e polêmicas encontrados na execução das estratégias de redução de danos, especialmente o de cunho jurídico e moral (Mesquita, 1998; Bueno, 1998; Marques e Doneda, 1998). Observa-se que tais estratégias podem colaborar para ruptura da situação de marginalização do UDI, cujas expressões também se materializam nas inúmeras situações de violência sofridas por esses sujeitos.

CONCLUSÕES

A análise desse acervo, que constitui uma parcela da literatura produzida na década de 90 pela área da saúde, permite tão-somente, num nível exploratório, inferir algumas tendências:

As opções de método empregadas na produção desse campo demarcam o predomínio dos ensaios. Como é comum aos ensaios, percebe-se o exercício da reflexão sistemática, envolvendo a defesa de posição do autor diante de um tema. A maioria discute os caminhos da prevenção e as políticas sobre drogas no país. Em seguida, são priorizados os estudos epidemiológicos, especialmente os de prevalência, seja do consumo das substâncias, no caso de adolescentes, seja das doenças transmitidas pelo uso compartilhado de injetáveis. Os estudos qualitativos constituem parcela discreta das pesquisas e poderiam representar uma contribuição estratégica para a compreensão e atuação diante da temática, explorando, apenas como exemplo, as representações e motivações para a experimentação e uso; as redes e hábitos de uso e as concepções de risco/vulnerabilidade/prazer. As revisões bibliográficas, que contribuem para a análise do estado de arte de qualquer campo de conhecimento, também configuram modesta participação.

Em relação aos sujeitos enfocados pela literatura, a ênfase é dada ao protagonismo dos adolescentes e dos usuários de drogas injetáveis. Tais prioridades refletem as políticas de saúde da década para a prevenção do uso indevido e da disseminação da Aids. Em contrapartida, constata-se uma certa “invisibilidade” das mulheres usuárias de drogas e dos trabalhadores.

Se as relações, efeitos e conseqüências concernentes ao uso de drogas são bem representados no acervo, em contrapartida, a questão do comércio de drogas é um tema ainda pouco explorado. Como hipótese, pode-se inferir que o campo da saúde tem, historicamente, o domínio nas leituras biológicas ou psicológicas/psicanalíticas, mas ainda incorpora gradativa e paulatinamente as leituras das ciências sociais, o que remete ao polêmico e polissêmico debate do que é reconhecido como um problema da saúde.

Outras lacunas, apontadas pelos próprios autores estudados, são os estudos sobre o uso de substâncias na população geral, nas populações internadas e nas encarceradas. Ainda é insuficiente o conhecimento sobre a participação do consumo de drogas nos óbitos, internações e atendimentos hospitalares.

Ao que indica a literatura, a prevenção ao uso/uso indevido, bem como a assistência aos dependentes, consolida novos paradigmas, buscando-se o reconhecimento do outro, a tolerância, o respeito, a autonomia e a promoção da vida com qualidade. O debate revela ainda as resistências políticas, legais e morais encontradas bem como as dificuldades em transformar pragmaticamente tais ideários em ação.

Como pode ser observado também, a literatura demonstra com clareza quão variadas são as relações entre uso indevido /comércio de drogas ilícitas e violências. A situação de severa exclusão social e de exposição às violências pode levar à busca de alívio nas drogas, como exemplificam os textos que analisam a situação de meninos(as) em situação de rua. Note-se que aí há uma inversão dos termos, sendo a ‘violência a motivadora do uso’. Mas, sinergicamente, o uso indevido e a possível situação de dependência expõem esses adolescentes a uma rede de relações que podem ser, novamente, desencadeadoras de violências: agressividade entre outros adolescentes por posse e divisão das drogas, prática de pequenos delitos para a compra de drogas e para a satisfação de outras necessidades, tornando-os vulneráveis à violência policial e da população.

Nos textos sobre os UDI, pode-se verificar que a condição de usuários de drogas e mais ainda de usuário em situação de dependência, especialmente das ilícitas é, *de per si*, um fator de vulnerabilidade a diversas formas de violência: (a) simbólica – que assume muitas faces na segregação e

estigmatização social e familiar, (b) policial, (c) dos agentes do tráfico, (d) dos próprios parceiros de uso.

Na literatura sobre violência doméstica, o uso indevido de drogas usualmente figura como precipitante de comportamentos agressivos, seja nas situações de violência conjugal ou de maus-tratos. A indução ao uso indevido/dependência aparece ainda como uma forma de maus-tratos contra crianças, sendo a imposição da substância, em si, a materialização e o 'meio da violência perpetrada'.

No que concerne aos suicídios e suas tentativas, o uso abusivo pode representar 'o meio da violência' autoperpetrada, isto é, o suicídio por intoxicação/*overdose* de variadas substâncias ou um 'potencializador' para que o indivíduo realize o ato suicida.

O uso de substâncias, com destaque para as bebidas alcoólicas, é 'correlacionado de forma causal' à perda de reflexos, discernimento e a outros efeitos orgânicos e mentais que podem ser responsáveis pelos acidentes de trânsito, envolvendo diferentes protagonistas, seja na condição de condutores de veículos, seja na de pedestres. A mesma correlação é feita no caso dos acidentes de trabalho.

A participação no comércio de substâncias ilícitas, inscrita como prática criminosa em quase todas as legislações mundiais, emerge como um 'campo ampliado de vulnerabilidade às violências', especialmente para agressões e homicídios. Afeta particularmente adolescentes e jovens pobres, seja como agentes e/ou como vítimas.

A partir de tal exame, pode-se concluir que há inúmeras relações que extrapolam a linearidade de causa-efeito entre drogas e violências. A literatura permite vislumbrar ainda os perigos das muitas falácias que se ocultam no imaginário social. Uma delas é a 'lógica individualista', em que se focalizam apenas os efeitos psíquicos e orgânicos das substâncias psicoativas que favoreceriam comportamentos violentos, desprezando o contexto cultural, geracional, de gênero, comunitário, familiar e situacional. No extremo oposto, situa-se a 'leitura coletivista ou ecológica' em que se vinculam explicações baseadas na articulação determinista entre pobreza-tráfico-violência, desprezando-se os contextos das diferentes comunidades, da sinergia entre comércio legal e ilegal, da corrupção e da impunidade que gozam certos representantes das elites nacionais e internacionais.

Assim, emerge uma pauta de demandas imbricadas para a análise das relações entre drogas e violências: o exame atento das motivações pessoais, das características psíquicas e das condições orgânicas dos sujeitos, e, também do contexto cultural e comunitário, da condição de gênero e de geração, das relações familiares e da situação de estigmatização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACSELRAD, G. A comunidade e a prevenção. In: *Drogas: uma visão contemporânea*. Rio de Janeiro: Imago. 1993. p. 17-24.
- ACSELRAD, G. A educação para a autonomia: a construção de um discurso democrático sobre o uso de drogas. In: ACSELRAD, G. (org). *Avessos do prazer. Drogas, Aids e direitos humanos*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000.
- ANDRADE, T. As abordagens preventivas: entre prevenção idealizada e prevenção possível. In: *Drogas, Aids e Sociedade*. Brasília: Coordenação-Geral de Doenças Sexualmente Transmissíveis/Aids. 1995.
- ARAÚJO, L B. & GOMES, W B. Adolescência e as expectativas em relação aos efeitos do álcool. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 11(1):5-33, 1998.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1979.
- BASTOS, F.I. *Ruína e reconstrução, AIDS e drogas injetáveis na cena contemporânea*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ABIA/uerj, 1996.
- BECKER, P & VIDAL, E.A. Drogas(há)ditos. In: *Drogas: uma visão contemporânea*. Rio de Janeiro: Imago Ed., p. 68-73, 1993.
- BENTO, M.L. Alcoolismo na empresa. *Revista da Saúde - URCAMP*, 2(2): 13-16, 1998.
- BIRMAN, J. Dionísios desencantados. In: *Drogas: uma visão contemporânea*. Rio de Janeiro: Imago. 1993.
- BORINI, P. et al. Alcoolismo feminino: características demográficas, sociais e epidemiológicas de pacientes de baixa renda internadas em hospital psiquiátrico. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, 49(1/2): 13-19, 2000.
- BOYUM, D. & KLEIMAN, M.A.R. Alcohol and other drugs. In: *Crime*. California: Institute for Contemporary Studies Press, 1995.
- BRITO, R. C. *Uso de drogas entre meninos e meninas em situação de rua: subsídios para uma intervenção comunitária*, 1999. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- BUCHER, R. As drogas e as ideologias de prevenção. In: *Drogas: uma visão contemporânea*. Rio de Janeiro: Imago. 1993.
- BUCHER, R. *Drogas e sociedade nos tempos da Aids*. Brasília: Editora UnB, 1996.

- BUCHER, R.; COSTA, A.C. L. & OLIVEIRA, J.A. Consumo de inalantes e condições de vida de menores da periferia de Brasília. *Revista ABP-APAL*, 13(1): 18-26,1991.
- BUCHER, R. & DONEDA, D. CARMO, R. A. Acerca de delinquência juvenil e consumo de drogas. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 10 (2): 287-297, 1994.
- BUENO, R. Estratégias de redução de danos em Santos, SP. In: BASTOS, F. I. & MESQUITA, F. (org.). *Troca de seringas: ciência, debate e saúde pública*. Brasília: Ministério da Saúde. 1998.
- CAIAFFA, W. et al. Prevenção do HIV em populações em Uds e Projeto Ajude-Brasil. In: MESQUITA, F. & SEIBEL, S. (org.). *Consumo de drogas : desafios e perspectivas*. São Paulo: Hucitec, 2000.
- CARACCIOLO JR., G. B. Consumo de álcool e acidentes do trabalho. *Jornal Brasileiro de Medicina*, 61(4): 96-102, 1991.
- CARLINI-COTRIM, B.; GALLINA, J.R. & CHASIN, A. A. M. Ocorrências de suicídios sob efeito de álcool: um estudo na região metropolitana de São Paulo. *Revista ABP-APAL*, 20(4): 146-149, 1998.
- CARVALHO, H. B.; BUENO, R. & PROJETO BRASIL. Infecção pelo HIV e seus determinantes em sete cidades brasileiras. In: MESQUITA, F. & SEIBEL, S. (org.). *Consumo de drogas: desafios e perspectivas*. São Paulo: Hucitec, 2000.
- CEBRID. A prevenção na escola. Relatos de experiências. *Boletim Cebriid*, 39 (15), 1999.
- CHAVES, D.N.B. et al. Acidentes traumáticos e ingestão de bebidas alcóolicas. *Revista Brasileira de Medicina*. 54(9): 760-762, 1997.
- CHIARAVALLOTI NETO, F. et al. Programa de redução de danos em São José do Rio Preto. In: MESQUITA, F. & SEIBEL, S. (org.). *Consumo de Drogas: desafios e perspectivas*. São Paulo: Hucitec, 2000.
- COELHO JÚNIOR, L.L. & GONTIÈS, B. Consumo de álcool e maconha entre adolescentes: uma perspectiva psicossocial do tema. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 52(4):45-59, 2000.
- COTRIM, B. C. O consumo de substâncias psicotrópicas por estudantes secundários: o Brasil frente à situação internacional. *Revista ABP-APAL*, 13(3): 112-116,1991.
- CRUZ, M. S. Contexto atual da psicofarmacoterapia. In. *Drogas: uma visão contemporânea*. Rio de Janeiro: Imago Ed., p. 229-233, 1993.

- DAVOLI, A. & MARIANO, E.C. Uso de bebidas alcóolicas por crianças: fenômeno a ser investigado. *Jornal de Pediatria*, 70(1): 52-55, 1994.
- DENADAI, R. C.; FISBERG, M. & MEDEIROS, É. H. G. R. Cocaína e crack: o adolescente e o risco das drogas. *Pediatria Moderna*, XXXVI(11): 762-765, 2000.
- DESLANDES, S. F. et al. As concepções de risco e de prevenção segundo a ótica de usuários de drogas injetáveis. *Cadernos de Saúde Pública*, 18(1): 141-151, 2002
- DINIZ, S. A. *Sentido da Vida: base para a compreensão do alcoolista*. 1992. Dissertação de mestrado. Ribeirão Preto: Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo.
- DONATO, M. Alcoolismo: a doença "diferente". *Revista Brasileira de Neurologia*, 36(1): 27-32, 2000.
- ERWIG, L. R & BASTOS, F. I. Redução de danos secundários ao consumo de drogas e assistência primária à saúde: a experiência de Porto Alegre. In: ACSELRAD, G. (org). *Avessos do Prazer. Drogas, Aids e direitos humanos*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000.
- ESPINHEIRA, G. A existência humana: prazeres, riscos e opções. In: *Drogas, Aids e sociedade*. Brasília: Coordenação-Geral de Doenças Sexualmente Transmissíveis/Aids, p. 9-24, 1995.
- FAGAN, J. Intoxication and aggression. In: TONRY, M. & WILSON, J. Q. (org.). *Drugs and Crime*. Chicago: Chicago University Press, 1990.
- FAGAN, J. Drugs, alcohol and violence. *Health Affairs*, 12(4): 66-79, 1993.
- FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora UnB, 2001.
- FERNANDEZ, O. F. R. L. A prática de injeções de drogas e o uso comunitário de seringas e a redução de riscos ao HIV. In: PARKER, R. et al (org.). *Aids no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ABIA/IMS-uerj, 1994.
- FORSTER, L. M. K. et al. Meninos na rua: relação entre abuso de drogas e atividades ilícitas. *Revista ABP-APAL*, São Paulo, 14(3): 115-120, 1992.
- GARCIA, S. I. Droga: objeto não transicional. Aspectos da formação do vínculo terapêutico com dependentes de drogas. In: *Drogas: uma visão contemporânea*. Rio de Janeiro: Imago Ed., p. 104-114, 1993.
- GIORDANI, A. T. *Pesquisa-ação com mulheres detentas sobre sexualidade, DST-Aids e drogas*, 2000. Dissertação de mestrado. Ribeirão Preto: Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo.

- GODOI, A.M.M. et al. Consumo de substâncias psicoativas entre estudantes da rede privada de ensino. *Revista de Saúde Pública*, 25(2): 150-156, 1991.
- GORGULHO, M. Uso de drogas: conceitos e preconceitos. *Pediatrica Moderna*, 31(6):1.014-1.016, 1995.
- HAVIARAS, C.C. *O processo de viver de trabalhadores dependentes químicos: um movimento de "busca de ser feliz"*, 1999. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: Programa de Mestrado de Enfermagem. Universidade Federal de Santa Catarina.
- HOCHGRAF, P.B. *Alcoolismo feminino: comparação de características sociodemográficas e padrão de evolução entre homens e mulheres alcoolistas*, 1995. Tese de Doutorado. São Paulo: Psiquiatria, Universidade de São Paulo.
- HOIRISCH, A. Aeronavegantes e o uso de ansiolíticos, soníferos e antidepressivos. *Anais da Academia Nacional de Medicina*, 156(1): 9-12, 1996.
- INEM, C.L. O sintoma e a particularidade do sujeito. In: *Drogas: uma visão contemporânea*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.
- KARAM, M.L. Legislação brasileira sobre drogas: história recente – a criminalização da diferença. In: ACSELRAD, G. (org). *Avessos do prazer. Drogas, Aids e direitos humanos*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000.
- KODATO, S. & SILVA, A.P.S. Homicídios de adolescentes: refletindo sobre alguns fatores associados. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 13(3): 507-515, 2000.
- KUCHENBECKER, A.S. *Uso de drogas entre meninos e meninas de rua no Centro de Porto Alegre*, 2000. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- LAGO, M. A. *Da marginalidade à tolerância. Reflexões éticas sobre a estratégia de redução de danos*, 1999. Florianópolis: Departamento de Saúde Pública. Universidade Federal de Santa Catarina.
- LIMA, E.S. Drogas na Adolescência: um estudo sobre exposição e riscos associados, 2000. Tese de Doutorado. Campinas: Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas.
- LIMA, E.S & SIMÕES, A. M.A. Usuários de drogas injetáveis e Aids. In: *Drogas, Aids e sociedade*. Brasília: Coordenação-Geral de Doenças Sexualmente Transmissíveis/Aids, 1995.
- LIMA, J.M. B. Alcoolismo, saúde do trabalhador e a universidade. *Revista Brasileira de Neurologia*, 31(3): 149-150, 1995.
- LOPES, C.S., MARI, J.J. & SZWARCOWALD, C. L. Morbidade psiquiátrica em pacientes usuários de drogas. *Revista ABP-APAL*, 13(4): 161-169, 1991.

- MAIA, E. et al. O alcoolismo sob a ótica dos candidatos ao vestibular da Ufes. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, 22(2): 72-75, 2000.
- MARQUES, F. & DONEDA, D. A política brasileira de redução de danos à saúde pelo uso indevido de drogas: diretrizes e seus desdobramentos nos estados e municípios. In: BASTOS, F. I. & MESQUITA, F. (org.). *Troca de seringas: ciência, debate e saúde pública*. Brasília: Ministério da Saúde, 1998.
- McRAE, E. A Importância dos fatores socioculturais na compreensão das drogas. In: ZALUAR, A. (org.). *Drogas e cidadania*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- MESQUITA, F. Dar oportunidade de vida ao usuário de drogas injetáveis – polêmica nacional. In: BASTOS, F. I. & MESQUITA, F. (org.). *Troca de seringas: ciência, debate e saúde pública*. Brasília: Ministério da Saúde, 1998.
- MESQUITA, F. et al. Diagnóstico rápido e pronta resposta. In: MESQUITA, F. & SEIBEL, S. (org.). *Consumo de Drogas : desafios e perspectivas*. São Paulo: Hucitec, 2000.
- MINAYO, M. C. S. & DESLANDES, S. F. A complexidade das relações entre drogas, álcool e violência. *Cadernos de Saúde Pública*, 14(1): 35-42, 1998.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Proposta de Normalização dos Serviços de Atenção a transtornos por uso de substâncias psicoativas*. Brasília: Coordenação de Saúde Mental, 1998-1999.
- MONTEIRO, S & REBELLO, S. Prevenção ao HIV/Aids e do uso indevido de drogas: desenvolvimento e avaliação de jogos educativos. In: ACSELRAD, G. (org.). *Avessos do Prazer. Drogas, Aids e direitos humanos*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000.
- MOREIRA, M. R. *Nem soldados, nem inocentes: jovens e tráfico de drogas no Município do Rio de Janeiro*, 2000. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz.
- MUZA, G.M. *Fatores associadas ao consumo de substâncias psicoativas por adolescentes escolares da cidade de Ribeirão Preto-SP, 1980,1991*. Dissertação de Mestrado. Ribeirão Preto: Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo.
- MUZA, G.M. *Alcoolismo e drogadição na adolescência: histórias de vida*, 1996. Ribeirão Preto: Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo.

- NOTO, A.R. & GALDURÓZ, J. C. F. O uso de drogas psicotrópicas e a prevenção no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 4(1): 145-151, 1999.
- PALATNIK, E. Por que atender mães de dependentes de drogas? In: *Drogas: uma visão contemporânea*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.
- PASSOS, S.R.L. *Fatores associados ao abandono de tratamento ambulatorial para dependência de drogas entre pacientes de um centro de referência no Rio de Janeiro*, 1996. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz.
- PINSKY, I. *Dirigir alcoolizado: perfil de risco entre jovens de São Paulo*, 1999. Tese de Doutorado. São Paulo: Psiquiatria, Universidade Federal de São Paulo.
- QUEIROZ, S. *Fatores relacionados ao uso de drogas e condições de risco entre alunos de graduação da Universidade de São Paulo*, 2000. Tese de Doutorado. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo.
- RODRIGUES et al. Intoxicação de escolares e adolescentes por inalação de cola de sapateiro. *Anais da Academia Nacional de Medicina*, 159(2): 79-80, 1999.
- ROSA, A. J. S. *Assistência de enfermagem a alcoolistas: a opinião de 21 enfermeiros*, 1991. Dissertação de Mestrado. Ribeirão Preto: Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo.
- SÁ, D.B.S. Projeto para uma nova política de drogas no país. In: ZALUAR, A. (org.). *Drogas e Cidadania*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- SALDANHA, V. B. et al. Epidemiologia do uso de álcool em estudantes da Universidade Federal de Santa Maria. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, 43(12): 655-658, 1994.
- SCHALL, V. A prevenção de DST/Aids e do uso indevido de drogas a partir da pré-adolescência: uma abordagem lúdico-afetiva. In: ACSELRAD, G. (org.). *Avessos do prazer. Drogas, Aids e direitos humanos*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000.
- SCHENKER, M. Função paterna no sistema toxicômano. In: *Drogas: uma visão contemporânea*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.
- SCIVOLETTO, S.; HENRIQUES JÚNIOR, S.G. & ANDRADE, A.G. Uso de drogas por adolescentes que buscam atendimento ambulatorial: comparação entre crack e outras drogas ilícitas – um estudo piloto. *Revista ABP-APAL*, 19(1): 07-17, 1997.

- SEIBEL, S. & CARVALHO, H.B. HIV, hepatite C e sífilis entre UDIs no Centro-Oeste. In: MESQUITA, F. & SEIBEL, S. (org.). *Consumo de Drogas : desafios e perspectivas*. São Paulo: Hucitec, 2000.
- SILVEIRA, D. Abordagens terapêuticas. In: *Drogas, Aids e sociedade*. Brasília: Coordenação-Geral de Doenças Sexualmente Transmissíveis/Aids, p. 141-151, 1995.
- SIMÃO, M. S. *Mulheres e homens alcoolistas: estudo comparativo de fatores sociais, familiares e de evolução*, 1999. Dissertação de Mestrado. Ribeirão Preto: Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo.
- SIMÃO, M. S. et al. Alcoolismo feminino: revisão de aspectos relacionados à violência. *Revista ABP-APAL*, 19(4): 139-148, 1997.
- SIMÕES, A. M. A. O uso de psicofármacos na toxicomania. In: *Drogas: uma visão contemporânea*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.
- SIQUEIRA, M.J. A prevenção e a escola. In: *Drogas: uma visão contemporânea*. Rio de Janeiro: Imago Ed, 1993.
- SOUZA, J.A. *Estudo epidemiológico descritivo de alcoolismo no bairro universitário de Campo Grande-MS*, 1995. Dissertação de Mestrado. Campo Grande: Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
- TROIS, C.C. et al. Prevalência de CAGE positivo entre estudantes de segundo grau de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil, 1994. *Cadernos de Saúde Pública*, 13(3): 489-495, 1997.
- VARGAS, E. V. Os corpos intensivos: sobre o estatuto social do consumo de drogas legais e ilegais. In: DUARTE, L. F. D. & LEAL, O. F. (org.). *Doença, sofrimento, perturbação: perspectivas etnográficas*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1998.
- VELHO, G. Dimensão cultural e política do mundo das drogas. In: *Drogas: uma visão contemporânea*. Rio de Janeiro: Imago Ed., p. 274-2709, 1993.
- ZAGO, J. A. Drogadição: um jeito triste de viver. *Inform. Psiq.*, 13(4):1994.
- ZALUAR, A. Drogas, contexto cultural e cidadania. In: *Drogas: uma visão contemporânea*. Rio de Janeiro: Imago Ed., p. 251-260, 1993a.
- ZALUAR, A. A criminalização de drogas e o reencantamento do mal. *Revista do Rio de Janeiro, Uerj*, (1): 8-15, 1993b.

ZALUAR, A. Violência, dinheiro fácil e justiça no Brasil: 1980-1995. In: ACSELRAD, G. (org.). *Avessos do prazer. Drogas, aids e direitos humanos*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000.